

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

CINARA GOMES DO NASCIMENTO

**DAS RUÍNAS AO MEMORIAL:
A CASA DO FERROVIÁRIO COMO ESPETÁCULO DA MEMÓRIA**

CRICIÚMA

2014

CINARA GOMES DO NASCIMENTO

**DAS RUÍNAS AO MEMORIAL:
A CASA DO FERROVIÁRIO COMO ESPETÁCULO DA MEMÓRIA**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharelado e licenciado no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a. Ms. Lucy Cristina Ostetto

CRICIÚMA

2014

CINARA GOMES DO NASCIMENTO

**DAS RUÍNAS AO MEMORIAL:
A CASA DO FERROVIÁRIO COMO ESPETÁCULO DA MEMÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharelado e licenciado, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História, Patrimônio Histórico e Memória.

Criciúma, 03 de Dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Lucy Cristina Ostetto - UNESC
Professora Orientadora

Prof. Me. Carlos Passos Matias - IPAT

Prof.^a Dra. Marli de Oliveira Costa - UNESC

**Ao Criador da Vida, que me presenteou com
umas das obras de suas mãos: Raquel
Gomes do Nascimento (*in memoriam*)**

AGRADECIMENTOS

À minha irmã, por nunca ter deixado de acreditar em mim.

À minha família, por todo o apoio.

À minha professora, Lucy Cristina Ostetto, pela orientação precisa e pela disponibilidade e gentileza durante o processo de escrita dessa monografia, assim como pelos incentivos para que este trabalho fosse o início de uma trajetória.

À Thaís Fagundes, por ter me mostrado o caminho da graduação - e mesmo estando distante, sempre se faz presente.

Às funcionárias do Memorial que sempre se “dispuseram” para me ouvir: Tatiana Mondardo e Cristiani Zucchinalli.

"... a maior parte da nossa memória está fora de nós, numa viração de chuva, num cheiro de quarto fechado ou no cheiro de uma primeira labareda, em toda a parte onde encontramos de nós mesmos o que nossa inteligência desdenhara, por não lhe achar utilidade, a última reserva do passado, a melhor, aquela que quando todas as nossas lágrimas parecem estancadas, ainda sabe fazer-nos chorar. Fora de nós? Em nós, para melhor dizer, mas oculta a nossos próprios olhares, num esquecimento mais ou menos prolongado."

Proust

RESUMO

Este trabalho pretende relatar sobre os processos que levaram a criação o Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi, assim como os personagens que estiveram envolvidos neste processo pela sociedade a fim de apontar o contexto histórico em que a casa do agente foi construída, assim como avaliar os discursos que foram produzidos referentes a demolição da casa. Preocupa-se, também, em analisar os processos que levaram a construção de um Memorial no local além de refletir sobre as reinterpretações dadas ao patrimônio ferroviário e sua apropriação pela sociedade, sendo, portanto um estudo que pode contribuir para compreender a história da cidade por meio deste patrimônio. Esta pesquisa é bibliográfica em que trago o histórico da casa do agente e também é uma pesquisa de análise documental, pois analiso documentos como jornais, imagens e documentos institucionais do próprio Memorial, como memorandos, processos, apelação civil pública e ação cautelar. Entretanto, mesmo sendo um lugar de memória, a sociedade ainda não se apropriou deste espaço como patrimônio e ainda não o reconhece como patrimônio musealizado.

Palavras- chaves: Patrimônio cultural, Memória, Identidade, Casa do Agente Ferroviário, Memorial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura nº 1- Casa do Agente Ferroviário na década de 1970.....	20
Figura nº 2- Casa do Agente ferroviário com parte destruída em maio de 1995.....	22
Figura nº3 – Reconstrução da Casa do Ferroviário.....	24
Figura nº 4 – Obras de Edi Balod	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 SEGUNDO ATO: OS ACONTECIMENTOS. OS PERSONAGENS. OS LUGARES DE MEMÓRIA.....	14
2.1 CENA I: CÂMARA DE VEREADORES E O MEMORIAL DO FERROVIÁRIO	15
2.2 CENA II: O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E O MEMORIAL DA FERROVIA – RESISTÊNCIA DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA	16
2.3 CENA III: O GABINETE E A CASA DO AGENTE EM DESTAQUE.....	18
2.4 CENA IV: REMINISCÊNCIAS DE UMA CASA – A RECONSTRUÇÃO DA CASA E A CONSOLIDAÇÃO DA CASA COMO LUGAR DE MEMÓRIA	24
3 PRIMEIRO ATO. NA JANELA À ESPERA DE VISITANTES.....	28
3.1 CENA I: DA INAUGURAÇÃO.....	28
3.2 CENA II: MEMORIAL: PARIMÔNIO DE PEDRA E CAL.....	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

*“Criciúma adormeceu e acordou sem a Casa do Agente Ferroviário, que foi derrubada durante a madrugada”.*¹

Na cidade das etnias, quase já não há lugar para o passado. Dilatada apenas em recordações, depoimentos como o do trecho acima expressam o que é comum por aqui, o descaso com a memória por uma valorização pelo novo, pelo jovem e pelo futuro, que deixa de lado o antigo, o velho e o passado². Sendo assim, ainda dentro deste contexto, na cidade de Criciúma foram derrubadas algumas edificações, da década de 1940, a fim de cederem lugar a grandes e luxuosas construções, cuja arquitetura moderna que tanto nos fascina, ao mesmo tempo, atemoriza por sabermos que com elas outras histórias foram apagadas.

Neste cenário de “desvalorização da memória”, encontra-se no centro da cidade, às margens da principal avenida, uma casa pequena de arquitetura inglesa da década de 1920, que mesmo com sua descrição continua a ser um atrativo por suas simples feições. Para alguns, ela tem servido de evocação à memória, para outros, é apenas mais um dos lugares estranhos da cidade. Mas é neste lugar estranho, que assim como o viajante Marco Polo, o visitante pode reencontrar no passado o que não lembrava ou nem mesmo sabia: *“a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir”*³.

Atualmente, nesta casa, funciona o Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi, um memorial que conta a história da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina em Criciúma. Quando ouvi falar deste Memorial, lembro que o discurso enfatizava que este lugar nada tinha a oferecer aos seus visitantes e aos funcionários. Quando entrei neste simulacro, foi inevitável reparar em sua arquitetura e nas poucas peças dispostas na sala principal. De fato, no espaço não foi encontrado seu histórico, missão, descrição e catalogação das peças, como sua história e nem mesmo havia pessoas para a mediação de visita. Mas a partir do envolvimento que tive com o

¹ BRISTOT, Alcebíades. In: NONNENMACHER, Patrícia. Lembranças permanecem vivas na memória. Patrimônios de Criciúma. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 20 de setembro, 2010, p.10.

² NORA, Pierre. Entre a memória e a história: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: Traduções. **Projeto História**, n.10, PUC, SP, dez/93 p.13
Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> Acesso em: 21/05/2014 às 23hs e 43min.

³ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 p.14.

local é que pude ter acesso aos documentos desta instituição e ao lê-los percebi algumas problematizações que envolviam a Casa que o abriga, assim como a própria criação deste lugar de memória. Que processos, então, constituíram o Memorial Casa do Ferroviário? Que sujeitos estavam ou estão envolvidos com ele? E quais relações a cidade tem este memorial?

Neste sentido, não foram produzidas pesquisas que trazem em sua temática a questão do Memorial, mas pude encontrar produções relacionadas à casa que o “abriga”, que foi no passado a Casa do Agente Ferroviário, cujo o depoimento do senhor Alcebíades reclamava de sua destruição. Tais estudos abordam o processo de construção (1917), demolição (1995) e reconstrução (1995-2001). Como parte da memória ferroviária, a Casa do Agente Ferroviário foi ganhando cada vez mais espaço ofuscando a ideia central: o memorial.

Assim, procuro problematizar e historicizar os processos que constituíram a casa em um lugar de memória como, também, o que ela representa para a história da cidade. Para tanto, se faz necessário perceber e analisar o Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi, a fim de promover a reflexão e a reinterpretação do patrimônio cultural ferroviário da cidade de Criciúma.

Esta pesquisa pretende apontar o contexto histórico em que a casa do agente foi construída, assim como avaliar os discursos que foram produzidos referentes a demolição da casa, preocupa-se, também, em analisar os processos que levaram a construção de um Memorial no local além de refletir sobre as reinterpretações dadas ao patrimônio ferroviário e sua apropriação pela sociedade, sendo, portanto um estudo que pode contribuir para compreender parte da história da cidade por meio deste patrimônio.

Dentro da perspectiva da Nova História Cultural⁴, para este trabalho pesquisei documentos como jornais, imagens e documentos institucionais do próprio Memorial, como memorandos, processos, apelação civil pública e ação cautelar. De acordo com diálogo de Hunt e Chartier, os documentos que narram “ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes” e devem ser lidos

⁴ Para Hunt (2001, p.18) a Nova História Cultural é fruto da quarta geração dos *Annales*, onde historiadores como Roger Chartier e Revel, empenharam-se em mostrar que as relações econômicas e sociais são “campos de prática e produção cultural”, ou seja, uma história que procurava estudar as práticas da sociedade condicionadas a uma cultura. Há ainda nessa nova vertente historiográfica uma necessidade de fundamentação teórica não apenas na Sociologia, mas na Antropologia e em outras áreas do conhecimento, utilizando até mesmo a Teoria literária como uma das abordagens da narrativa histórica.

a partir das estratégias estabelecidos pelos próprios historiadores da cultura, uma vez que *“foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias”*⁵, em que analiso as participações daqueles que se envolveram, de alguma forma, com a casa do agente ferroviário, que como atores participaram “com autonomia” traçando destinos, escolhendo caminhos que “nem sempre são os desejáveis, mas os possíveis...” que marcaram este “grande cenário” com sua “apresentação”.⁶ Assim este objeto de pesquisa também se vincula a linha de pesquisa de Patrimônio histórico e memória.

A partir destes *“fragmentos dispersos”* buscando seus *“possíveis sentidos”* construí esta narrativa, esta trama, com os documentos, tanto jornais, imagens, quanto relatórios e ações cíveis e acima citados, e principalmente com *“um olhar dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social enfim, por nossa própria subjetividade”*⁷, pois este trabalho foi pensado como um quebra-cabeças em que direciono um “holofote” na tentativa de juntar as peças que formam a história do memorial.

Seguindo o diálogo de Rago com White é possível se pensar um mesmo acontecimento em diferentes formas discursivas podendo este ser contado e interpretado, também, pelo modo discursivo da tragédia, da comédia e do drama⁸. Assim este trabalho está estruturado em dois atos e várias cenas.

O Segundo Ato intitulado *“Os acontecimentos. Os personagens. E os lugares de memória”* traz a criação de um lugar para abrigar a memória ferroviária da cidade, a partir de documentos e matérias de jornais. Para entendermos o que é um memorial e quais as funções que ele pode desenvolver, utiliza-se aqui os conceitos trabalhos por Art (2002), assim como a concepção de lugar de memória de Pierre Nora (1993) o conceito de memória a partir de Pollak (1989). Será, ainda, abordada a construção da casa que abriga o memorial assim como sua destruição a partir do trabalho de Cruz (2001).

E por fim o primeiro ato será abordado a inauguração do Memorial onde analiso a questão da patrimonialização, ressaltando as variações do conceito de

⁵ HUNT, Lyn. **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 18.

⁶ RENK, Arlene. Ator. In:_____. **Dicionário nada convencional: sobre a exclusão no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2013. p.13.

⁷ RAGO, Margareth. Apresentação. In: JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de Mário Vilela. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.p. 10.

⁸ Ibid, p. 12.

patrimônio em um diálogo com Choay (2008), apontando os critérios estabelecidos por Gonzáles e Pages (s.a.) que constituem um patrimônio, a fim de refletir na apropriação do Memorial pela sociedade, além de destacar os conceitos de memória e identidade definidos por Pollak (1992).

Este trabalho conta ainda com as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 SEGUNDO ATO: OS ACONTECIMENTOS. OS PERSONAGENS. OS LUGARES DE MEMÓRIA.

A memória, coletiva ou individual, é constituída por determinados pontos que de acordo com Pollak (1992), vão ser formados pelos acontecimentos, as pessoas ou personagens, e pelos lugares de memória. Para os acontecimentos destaca-se os eventos que foram vividos diretamente ou acontecimentos “*vividos por tabela*”, ou seja, foram “*vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer*”⁹, por estarem ligadas a um grupo. Neste trabalho, procuro identificar tais acontecimentos quando destaco a casa do agente ferroviário tanto em seu processo de construção, mas principalmente de demolição e a reconstrução desta que está concomitantemente ligada á criação do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi, objeto deste estudo. Para entender este memorial analiso a Lei Municipal Nº 4.290, o Projeto de Lei e o Memorando Interno de 22/05/2001.

Dentro deste contexto, denominam-se pessoas ou personagens, àquelas pessoas que foram “*realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentados por tabela, indiretamente, mas que por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas e ainda por personagens que não pertenceram necessariamente ao tempo-espaço da pessoa*”¹⁰. A partir de tal definição destaco como personagem cada um dos autores dos documentos citados que serão analisados. A Lei Municipal Nº 4.290, por exemplo, destaco o vereador José Argente como um dos seus autores, e por isso ele é um dos personagens da história do memorial, pois até participou do destino desta, após sua reconstrução. Já o prefeito municipal Eduardo Moreira, é uma das pessoas, pois esteve no período em que aconteceu a demolição da casa em 1995, assim como a Marlene Lapolli, que não só participou deste período como viveu na casa do agente em tempos anteriores a este, em 1950.

Por fim, temos os lugares de memória. Os lugares de memória, de acordo com Pollak, estão ligados particularmente a uma lembrança que podem não depender do apoio do tempo cronológico e quando são locais públicos da vida de uma pessoa eles podem servir de relembração de um período vivido por ela mesma, ou também ou por tabela. Neste caso, os lugares de memória serão tanto a casa do

⁹ POLLAK, Michael. Memória e a identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 201

¹⁰ POLLACK, Op.cit, p.13.

agente quanto o Memorial Casa do Ferroviário e principalmente este último, será um vestígio de memória carregado de intenções, dentro do meio material, do físico e de uma aura simbólica, de acordo com Nora.

Assim convido o leitor para me acompanhar, então, na análise dos documentos para identificarmos as intenções dos personagens perante os acontecimentos, a fim de entendermos a complexidade dos lugares de memória.

2.1 CENA I: CÂMARA DE VEREADORES E O MEMORIAL DO FERROVIÁRIO

A Lei Municipal Nº 4.290, sancionada em 22 de abril de 2002 é o primeiro documento a ser analisado, pois é ela que denomina a casa do agente como um Memorial Casa do Ferroviário. Esta lei cuja autoria é do vereador José Argente, um dos atores a trabalharem na formalização deste local, é composta por apenas três artigos e em momento algum especifica o objetivo da criação do Memorial e nem mesmo as funções que este deveria exercer perante a sociedade ao qual está inserido.

Além de denominar o local como um memorial, ela atribui-lhe ainda o nome de Mário Ghisi como patrono do local. Ghisi era natural de Pedras Grandes-SC e nasceu no dia 04 de maio de 1919. Começou a trabalhar na Estrada de ferro Dona Teresa Cristina como lanterneiro em 1950, sendo responsável por realizar, também, a manutenção dos trilhos e periodicamente fazia a ronda a pé no trecho Criciúma- Içara. Três anos mais tarde, enquanto desempenhava seu trabalho de ronda, nas proximidades do Corte da Próspera, local que havia dois trilhos sendo um deles a linha mestra, Ghisi não recebeu a notícia que o trem passaria na linha que ele estava fazendo a ronda e acabou sendo atingido por este.

Entende-se, assim, que o Memorial foi criado a partir de um fato traumático, pois este nome provém de um trágico acidente. Assim os acontecimentos traumatizantes, podem ser transmitidos ao longo do tempo com maior grau de identificação. Neste caso pode-se afirmar que o Memorial é, portanto, um lugar de memória, pois é constituído a partir de um acontecimento, ou uma experiência vivida por uma minoria, com o intuito de cristalizarem uma lembrança que só permanece viva, principalmente, pela transmissão oral de uma geração a

outra, resultando na consolidação de uma memória. Quando esta é consolidada em locais públicos, é alvo de disputas.¹¹

Contudo, mesmo depois desta lei ser sancionada, foi expedido um Memorando do gabinete do prefeito Décio Góes, de 22 de maio de 2001, pedindo a conclusão do Projeto de Lei que estava sendo feita pelo Departamento de Patrimônio, pois a lei que o vereador José Argente tinha proposto não estava aparentemente de acordo com o que pensava o prefeito e o Departamento de patrimônio. E este é o assunto da próxima cena.

2.2 CENA II: O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E O MEMORIAL DA FERROVIA – RESISTÊNCIA DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA

O Departamento de Patrimônio¹² da Fundação Cultural de Criciúma foi o responsável por pensar e idealizar o que seria a casa do agente ferroviário após sua reconstrução. Inicialmente, de acordo com a matéria do Jornal da Manhã, do dia 17 de março de 2001, a coordenadora do departamento, Marli de Oliveira Costa afirmou que com a reconstrução da casa funcionaria no local um museu do trem em que se contaria a história da construção da Estrada de Ferro, assim como os progressos que ela trouxe para Criciúma e região.¹³

Entretanto analiso dois documentos, um deles o projeto de lei, que explica por que não criaram um museu e quais as funções deste memorial e o projeto museográfico, que vai definir a ocupação e organização das salas.

Como a Lei Municipal Nº 4.290 já havia sido sancionada pela Câmara, mas não correspondia com o que o prefeito e o departamento vinham propondo. Diferentemente desta lei o memorial aqui é pensado em ser referente a ferrovia, e não ao trabalhador ferroviário. É notável, também, um discurso de preservação da memória ferroviária, pois o trem serviu como único meio de transporte de mercadorias e passageiros durante décadas, que o departamento vinha defendendo na Justificativa do Projeto de Lei, afirmando que,

¹¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.5

¹² Neste período, 2001 a 2004 o Departamento era composto pela professora Marli de Oliveira Costa como coordenadora que teve apoio dos historiadores Dorval do Nascimento e Valéria Cruz para as pesquisas sobre a ferrovia e a casa do agente.

¹³ JESUS, Anderson de. Casa do Ferroviário deve ficar pronta em três meses. **Jornal da Manhã**. Criciúma. p.07, 17/03/2001.

[...] oportunizar a construção de um “lugar de memória” que mostre outras temporalidades é atender aos direitos dos cidadãos, colocados por Ricardo Oria, em seu artigo na Revista Brasileira de História nº 25 como “direito à cultura” no sentido, de que, todo indivíduo tem direito de conhecer a produção cultural daqueles que o antecederam, ou seja das antigas gerações, da “memória histórica”.

Como a proposta era de fazer um memorial e não mais um museu, pois o departamento justificava que a cidade já possuía o Museu Augusto Casagrande e que, para ser um museu implicaria na coleta e guarda de acervo, sendo que a casa do agente não teria espaço este espaço, a função de coleta já era desempenhada pelo Arquivo Municipal Pedro Milanez. Para eles, então, um memorial *“possui a preocupação em lembrar determinada memória, não implicando na guarda de acervo”*¹⁴. E esta preocupação em manter “viva” a memória é exatamente uma das funções de um memorial,

porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória **é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, materializar o imaterial para (...) prender o máximo de sentido num mínimo de sinais**, e é claro é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e do silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p.22). **[grifos meu]**

Quanto a questão sobre os acervos, de fato, não é objetivo de um memorial ter acervo, pois a proposta do memorial é *“lidar com a memória sem a necessidade de vinculá-la a um acervo”* Todavia nada o impede que ao longo de suas atividades os memoriais possam formar um acervo¹⁵.

O projeto museográfico analisado vai mostrar justamente a organização das salas. Realizado pelo arquiteto Éder Pereira Porto o projeto contém a disposição dos móveis e expositores, além de descrever em detalhes o que haveria em cada cômodo da casa. Para a primeira sala foi pensando em trazer o histórico da casa do agente, outra sala seria composta com o histórico das famílias que viveram na casa, haveria uma sala para a memória da estação ferroviária, outra para exposições temporárias, assim como uma sala para mostrar o desenvolvimento urbano e ainda uma sala ficaria reservada para atendimento e pesquisa, em que o pesquisador poderia ter acesso à bibliografias, CDs, com a temática da Estrada de Ferro, assim

¹⁴ Projeto justificativa de lei, 2001, p.3.

¹⁵ AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. **Métis: história & cultura**, vol. 12, n. 24, p. 66, ju./dez. 2012.

como um computador com acesso à internet¹⁶. No entanto, a próxima cena vai mostrar um outro personagem e uma proposta similar à esta.

2.3 CENA III: O GABINETE E A CASA DO AGENTE EM DESTAQUE

Por outro lado, era inegável, também o valor arquitetônico e artístico da casa do Agente Ferroviário, especialmente porque se tratava de uma construção octogenária, cujas características ofereciam o registro de um tempo que até então permanecia vivo na memória do povo criciumense.¹⁷

O memorando interno expedido pelo gabinete do prefeito Décio Góes (2001-2004), datado de 22/05/2001, traz alguns pedidos do prefeito para o departamento de patrimônio. Dentre eles a conclusão do projeto de lei, analisado na cena anterior e em anexo a Lei Nº 4.290, analisada na primeira cena. Este memorando, portanto, traz uma proposta um pouco diferente, mas não distante do que já se mostrou até aqui.

É evidente que em todos os documentos analisados os personagens, Câmara de Vereadores, representada pelo vereador José Argente, e o Departamento de Patrimônio, tiveram o intuito de criar um memorial, um mais organizado e definido que o outro, mas o desejo era de ambos. O mesmo se dá com a intenção do prefeito, pois este pretende não apenas manter o nome Casa do Agente Ferroviário Mário Ghisi que abriga o Memorial da Ferrovia, mas deixar registrado em lei, como mostra o anexo do memorando o projeto de lei, PL 013/02, que altera a redação da Lei Nº 4.290.

No entanto as preocupações do momento são um elemento que constituirão a estruturação da memória, pois esta sofre flutuações do momento em que está sendo articulada. Sendo intenção de manter o nome da Casa do Agente Ferroviário e ainda acrescentar Mário Ghisi, ao local que abrigaria o Memorial da

¹⁶ Criciúma investe na memória. A notícia, 21/01/2002

¹⁷ Ação Civil Pública. Embora esta Ação não tenha nenhum número de identificação, ela foi encontrada anexa ao Ofício do Ministério Público nº 033/95. De autoria do Promotor de Justiça – Defesa do Meio Ambiente, do Consumidor e Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Jacson Corrêa esta ação é a ação inicial que foi movida pelo promotor ao Ministério Público e encaminhada ao Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Doutor Henrique Packter, com data de 09/06/1995.

Ferrovia, é sem dúvida um dos momentos de articulações que fazem o jogo de enquadramento de uma memória em disputa.¹⁸

O primeiro ramal da ferrovia Dona Tereza Cristina chegou à cidade em 1917 e inaugurada em janeiro de 1919, sendo que fazia parte do complexo da ferrovia D. Tereza Cristina em Criciúma: o pátio de manobras, a passarela (viaduto por cima dos trilhos onde os pedestres atravessavam para dirigir-se ao centro), a estação ferroviária e as casas destinadas à moradia dos funcionários da rede. Dentre essas casas havia a Casa do Agente Ferroviário, cuja arquitetura também era encontrada em outras estações de trem.

Ao longo das estações há casa de agente, construções sólidas e confortáveis, que dão ao novo ramal um aspecto de bom gosto e estética. As estações de Congonhas, Jaguaruna, Morro Grande, Esplanada, Içara e Criciúma, são edifícios modernos e muito bem delineados, tendo cada um deles, independentemente, uma casa para agente, construída também com muito conforto. (JORNAL A TRIBUNA, 1919 apud COSTA, s./a. s./p.).

Estas casas, de acordo com documentos da Rede Ferroviária Federal S.A., Sistema Regional Sul, 12ª Divisão Operacional da Teresa Cristina em Tubarão, eram construções de,

(...) alvenaria de tijolos sobre alicerce de pedra de obra irregular, argamassada, constando de três quartos, duas salas, dispensa e cozinha com área construída de 102,97 m², assolhada com madeira de lei e forrada com madeira de qualidade tipo escama; armação do telhado em madeira de lei tipo duas águas com ponto de ¼ de e cobertura com telhas tipo Marselhês; portais internos e externos com madeira de lei assentes em caixas de marcos respectivamente; janelas de madeira de lei do tipo de abrir com vidros e venezianas; as paredes internas e externas são rebocadas com traço de cimento, cal e areia; instalação elétrica externa e consta de oito pontos de luz; instalação hidráulica externa cozinha em tubos galvanizados ¾", pintada com tinta a óleo nas aberturas, forro e beirados e as paredes são caídas interna e externamente. (CRUZ, 2001, p.18).

Confortável, de alvenaria, concedida pela empresa Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, a casa do agente ferroviário em Criciúma, localizava-se no centro da cidade, próximo a Estação Ferroviária. Cercada de árvores frutíferas e flores, hortas, e espaço para criação de animais, havia no pátio ainda, bancos que era usado, principalmente, nas noites de verão e era um lugarzinho também, especial aos casais de namorados.¹⁹

¹⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.5.

¹⁹ CRUZ, Valéria. **Ruínas de uma casa: Lembranças dos moradores da casa do agente ferroviário – Criciúma – SC 1920 -2001**. Agosto de 2011. 57f. Monografia (Pós-Graduação *Latu Sensu* Especialização)- História Local e Regional, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma. p.25.

A casa não serviu apenas para abrigar os agentes com suas famílias, mas foi também cenário de casamentos como conta D. Marlene Lapolli, como mostra a matéria do Jornal da Manhã de 20 de setembro de 2006,

A filha de um dos agentes ferroviários que morou na casa, Noé Lapolli é a professora de história Marlene Lapolli, que uniu-se em matrimônio com o criciumense Alcebíades Bristot, no dia 29 de julho de 1961. A cerimônia celebrada pelo padre Stanislau Cizeski foi realizada num barracão construído ao lado da casa que morava com os pais. E foi uma festa com toda a pompa. Dona Marlene vestiu branco, véu e grinalda, foi levada para a cerimônia num dos carros mais modernos na época e teve doces e bolo confeccionado pela famosa doceira Cila Peixoto. Nenhum detalhe é esquecido durante o relato.²⁰

Também Marley Dagostin Peduzzi relembra do dia em que ela e seus irmãos se casaram em uma única festa em entrevista cedida a Cruz, *“Ah! Foi ótimo, foi muito bom, o meu casamento foi ali, fizemos do lado da casa, um churrasco. O pai puxou uma lona, nós fizemos o almoço do meu casamento ali, e o que mais? O Sandoval se casou, morou ali conosco. Ele morou ali naquele casa. A Zélia também casou ali naquela casa, mas a única que fez assim um churrasco, uma festa, fui eu.”*²¹



Figura nº 1- Casa do Agente Ferroviário na década de 1970 – Arquivo Histórico

No entanto, na década de 1970, a ferrovia foi substituída pela rodovia. Retirados os trilhos, a estação e as casas de turma, a casa do agente foi a única construção referente à ferrovia a permanecer no centro da cidade. Na década de 1980, já sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal foi utilizada para comércio,

²⁰ NONNENMACHER, Patrícia. Op. cit., p.10.

²¹ PEDUZZI, 2001 apud CRUZ, op. cit. p. 29.

por meio de um Contrato de Concessão. O ganhador, Nelson Luiz Ávila, abriu no local um restaurante de produtos naturais, a Naturavila, sendo responsável, também, pela manutenção da mesma, como vemos a seguir,

A Lei Municipal nº 1.774, de 24 de junho de 1982 (doc.), autorizou o Poder Executivo Municipal a firmar utilização comercial da Casa do Agente Ferroviário, com vigência pelo prazo de dez (10) anos. A mesma lei obrigou o particular concessionário a restaurar o imóvel mantendo sua característica original. Aberta a licitação pública venceu o licitante NELSON LUIZ AVILA, tendo sido assinado em 16 de setembro daquele ano respectivo Contrato de Concessão de Uso, e, até o término da concessão as obrigações pactuadas, neste aspecto, foram efetivamente cumpridas. (APELAÇÃO CIVIL, 1995, p.2)

Entretanto, a casa não estava somente na memória de seus moradores. Na manhã do dia 06/05/1995, esta foi demolida durante a construção do novo Terminal de Transporte Urbano. Os jornais da cidade notificaram o episódio como sendo um ato criminoso, pois o crime teria ocorrido na calada da noite. Izes Regina de Oliveira, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), núcleo de Criciúma, já havia denunciando que a casa estava sendo demolida aos poucos e pedia ainda a mobilização social em torno deste patrimônio em carta enviada ao Jornal da Manhã datada de 30 de abril de 1995 e publicada somente no dia 02 de maio de 1995.

Mas estamos tristes pois fomos acometidos por uma grande e exaustiva surpresa: estão destruindo a Casa do Agente Ferroviário à Av. Centenário à mercê do descaso da memória. Esta obra já havia sido tombado [sic] pelo patrimônio histórico e cultural do município ainda em 1980 quando da comemoração do Centenário da cidade.

[...] Crescer significa se adaptar às mudanças valorizando e perpetuando o que é nosso. Evoluir é incorporar os valores que foram se transformando e não a destruição indiscriminada de obras, espaços ou o que quer que seja. Precisamos que todas as pessoas que tenham amor a esta [sic] cidade, que querem uma melhor qualidade de vida, que pensam num futuro melhor, dêem o grito de alerta e peçam basta! (JORNAL DA MANHÃ, 1995, p.2).



Figura nº 2- Casa do Agente ferroviário com parte destruída em maio de 1995 – Informativo do IAB.

As obras do novo Terminal de Transporte Urbano estavam sendo realizadas pela Construtora Cavaller, que foi acusada de ter derrubado a casa sem ordem da Prefeitura. Pois o projeto da construção incluía a casa e que não haveria necessidade de sua derrubada.²² A comunidade, mídia e órgãos públicos se mobilizaram, pois, acreditavam que a destruição da Casa do Agente era um desrespeito ao patrimônio. De acordo com a Apelação Civil (N. 97001063- 0), em que tive acesso, afirma que a Casa do agente era:

uma edificação simples mas de grande importância histórica para o município, como referencial único da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina na cidade.” De acordo com alguns relatórios a Casa também foi apontada como “um lugar de memória tanto do transporte na cidade, como também da própria mineração.

Desta forma a casa do agente era considerada um dos patrimônios da cidade por seu valor histórico e por sua diferente arquitetura. Segundo Lessa (1996) o Ministério Público já havia alertado a prefeitura sobre a possibilidade de destruição da Casa, pedindo que as obras fossem fiscalizadas permanentemente, mas o Município não a fez de forma eficiente por isso o promotor Jackson Corrêa pediu a condenação do Município e da Construtora²³. A Construtora vinha fazendo eclosões para a construção de um túnel que daria acesso ao terminal de ônibus. Ao realizar estas explosões, entre os dias 03 e 05/05, a mesma assumiu responsabilidade, como demonstrada na Ação Civil Pública,

²² Ação Civil Pública.

²³ LESSA, Adelor. Justiça condena Cavalier. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 29/08/1996.

[...] De se ressaltar, também aí que a responsabilidade da Construtora Cavaler é confessada em depoimento prestado à polícia nos autos do inquérito supramencionado, ocasião em que tanto o proprietário da empresa como o engenheiro responsável pelas obras de construção da galeria contígua ao imóvel demolido, admitiram textualmente terem autorizado a explosão, por dinamite, de uma laje de pedra encontrada a uma profundidade aproximada de 04 (quatro metros) no local da escavação. Ambos confirmam, ademais, que após a explosão perceberam a ocorrência de rachaduras no solo e nas paredes da Casa do Agente Ferroviário, uma vez que esta última encontrava-se a menos de dois metros do lugar onde a tal pedra fora dinamitada. Tais danos, por conseguinte, foram o ponto de partida para a demolição integral daquele patrimônio, concretizada algum tempo após por terceiros ainda não conhecidos.

Entretanto a prefeitura Municipal de Criciúma e a Construtora Cavaller foram responsabilizadas pela destruição. Contudo, a Prefeitura apresentou sua defesa e saiu ilesa do caso, sendo a construtora a responsável pela derrubada da Casa, de acordo com os Autos dos processos nº 2381/95 e nº 2409/95 e a Ação Cautelar e Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público Estadual sendo os réus o Município de Criciúma e a Construtora Cavaller,

Tal pleito deve ser acolhido apenas e tão somente quanto a ré construtora, pois não ficou configurado a culpa da municipalidade, que teria sido na modalidade da negligência no **dever de guarda**. [grifo do documento]

Esta negligência não ficou demonstrada, estando antes positivado, que a casa veio abaixo paulatinamente, em decorrência de um [sic] explosão de laje de pedra muito próxima pela construtora ré, bem como de escavações, que foram minando as bases da mesma.

[...] Que a casa era de ser preservada, segundo o projeto aprovado e em execução, para a construção do terminal urbano não resta menor dúvida, constituindo-se de fato verdadeiramente incontroverso, logo sobre o qual não se exige prova.

Se o projeto em execução incluía o bem e, mais, se a municipalidade não autorizou a derrubada do mesmo, como seria indispensável-independentemente de estar ela tombada ou não, porque se tratava de bem público e como tal intocável à revelia de seu legítimo proprietário – então se tem de entender novamente que o Município réu não teve participação no fato.

Bem lembra Pollak quando traz os estudos de Halbwacs, *“a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo ou social, ou seja um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.”*²⁴ E nesse sentido é que são estabelecidos marcos ou pontos invariáveis, imutáveis, desta memória carregada de histórias, usos e sentimentos. A permanência do nome “Casa do Agente” favorece este sentimento de

²⁴ POLLAK, Op. cit., p. 201

pertencimento, pois “a ênfase é dada quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade” .²⁵

2.4 CENA IV: REMINISCÊNCIAS DE UMA CASA – A RECONSTRUÇÃO DA CASA E A SUA CONSOLIDAÇÃO COMO LUGAR DE MEMÓRIA



Figura Nº 3 - Reconstrução da Casa do Agente Ferroviário

Esta cena vai abordar a iniciativa de criar no local um memorial por parte da Fundação Cultural de Criciúma e da Comissão Técnica de Relatórios e Sugestões para Tombamento. Também pretende-se apontar os fatores que levaram o juiz Domingos Paludo a decretar a reconstrução da casa do agente em suas características originais, a partir da análise da Ação Civil Pública e dos Autos dos Processos Nº 2381/95 e 2409/95.

Consta ainda nos autos que a municipalidade durante a gestão de Eduardo Moreira (1993-1996) reconheceu o valor histórico da construção e que sua administração empenhava esforços para a construção de um memorial no local. A Fundação Cultural de Criciúma lançou no dia 22/07/1996²⁶ um Concurso de Ideias intitulado “*Memorial Casa do Agente Ferroviário*”²⁷, em parceria com a Comissão

²⁵ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. p.4

²⁶ CRUZ, op cit, p.45

²⁷ Id, p.45

Técnica de Relatórios e Sugestões para Tombamento²⁸, Fundação Cultural de Criciúma.

A Fundação Cultural de Criciúma, realizou na última terça-feira o lançamento de um Concurso de Idéias [sic] para a construção de um memorial no mesmo local onde existia a Casa do Agente Ferroviário, às margens a avenida Centenário. (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1996)

O concurso de Ideias tinha o intuito de construir no local um memorial, que referendasse o período da estrada de ferro na cidade. Assim os cidadãos tiveram a oportunidade de registrar esta história por meio de um projeto tridimensional, já que não se cogitava a reconstrução da casa, como foi divulgado pela imprensa.

O principal objetivo do concurso é chamar o maior número de pessoas para sugerirem ideias da construção do memorial, resgatando assim parte da história da cidade.

Segundo Dr. Júlio Lopes, presidente da comissão técnica, não é recomendada a reconstrução do imóvel, pois estaria forjando a história.

O concurso de idéias [sic] tem como meta premiar a melhor proposta para a obra, que será executada ao ar livre e está aberto a todos os residentes de Criciúma e região. (JORNAL DA MANHÃ, 1996)

O ganhador da melhor ideia teria sua proposta como base para o projeto executado por técnicos da Fundação Catarinense de Cultura e executado pela Prefeitura Municipal e Fundação Cultural de Criciúma.

A ficha de inscrição trazia um pequeno texto contextualizando a chegada da ferrovia e a construção da Casa do Agente, assim como sua derrubada na noite do dia 05/05/1995 e oferecendo a comunidade a oportunidade de registrar esta história. Realizaram um concurso de Ideias com o intuito de construir no local um memorial com o objetivo de enfatizar este período da história, e que era salvo pela Casa do Agente, o ferroviário.

O Concurso de ideias teve 11 inscritos e foi dada a oportunidade aos cidadãos cricumenses de registrar sua história, escolhendo três propostas de obras tridimensionais com o tema “Memorial Casa do Ferroviário”, o ganhador da melhor ideia, que serviria de base para o projeto executado por técnicos da Fundação Catarinense de Cultura e executado pela Prefeitura Municipal e Fundação Cultural de Criciúma. Sabe-se que dentre estas ideias três propostas venceram o concurso e

²⁸ Fundação Cultural de Criciúma, Fundação Catarinense de Cultura, Claudio Minatto representando o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) núcleo Criciúma, Edson Balod representante da UNESCO, Ademir Dagostim, da SULCATUR, Secretaria de Meio Ambiente e Fundação Cultural de Criciúma, por meio da diretora de cultura Sayonara Meller.

os ganhadores ganharam a viagem à cidade de Porto Seguro, Bahia. Entretanto nenhuma das ideias sugeridas pelos ganhadores foram utilizadas na construção do Memorial.²⁹

A Fundação Catarinense de Cultura, sediada em Florianópolis, por meio de solicitações, participou do caso assessorando, emitindo laudos e pareceres técnicos sobre a derrubada e a construção de um memorial para lerem e discutir parecer técnico que havia sido emitido sobre a reconstrução da Casa do Agente, Foram encontrados alguns documentos no acervo do Memorial que mostram que a Comissão Técnica de Relatórios e Sugestões³⁰ para o Tombamento de Bens Municipais de Criciúma, composta por Mário Belolli, Izes de Oliveira, Gelson Firmino, Joana Caznok, Maria de Lourdes Bernadete reuniram-se com o gerente de Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico, Gerson Mattos Ribeiro,

[...] Tecnicamente não recomendamos a reconstrução do imóvel, pois estaríamos forjando a história, uma vez que a réplica além de apresentar um engano, estaria impedindo a oportunidade de termos um exemplar digno da arquitetura contemporânea. No local da Casa do Agente sugerimos a criação de um memorial que nos faça reter na memória esses passos históricos que hoje não fazem mais parte do cotidiano. (1996, apud PINTO, 2008, p.10).

De acordo com os Autos dos processos da Ação Cautelar e Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público Estadual, fica registrado que após análises da perícia, houve explosões realizadas pela construtora Cavaller durante a abertura do túnel que daria acesso ao novo terminal abalaram as estruturas da sensível e antiga construção. Entretanto, o Juíz de Direito Domingo Paludo pronuncia,

Na medida em que se conclui que a casa caiu, fica evidente que a obrigação de reconstruí-la não deve ser imposta ao Município, por que não foi por descuido de fiscalização que a casa ruiu, mas pelo temerário e imprudente agir da construtora, que, interessada antes de mais nada, descurou do dever de preservar aquela de valor histórico, levando a efeito, de modo descuidado, escavações e explosões de laje a dinamite, tudo muito próximo (entre 1m e 4m) dos alicerces da antiquíssima e respeitável construção objeto da controvérsia.

Por decisão judicial a casa teve que ser construída pela Construtora Cavaler que foi condenada a reconstruir a casa de acordo com um projeto que preservasse todas as suas características, sendo atestado pela Fundação

²⁹ CRUZ, Op. Cit., 2001, p. 45

³⁰ A Comissão técnica era formada por Mário Belolli, Izis de Oliveira, Sayonara Meller, Joana Caznok, Gelson Firmino, Maria de Lourdes Benedt.

Catarinense de Cultura e pelo núcleo local do Instituto de Arquitetos do Brasil, sendo os mesmos responsáveis pela fiscalização da obra.

[...] Segundo se demonstrou nestes autos, porém o Município de Criciúma não concorreu na queda do bem, inteiramente imputável à construtora ré, que deve responder sozinha pela reconstrução da casa. (PALUDO, 2001, p.11)

Embora que a reconstrução foi sob ordem judicial, ela só aconteceu no ano de 2001, seis anos após a sua queda, mas analisando, ainda, o memorando acima citado, no mês de maio de 2002 a obra ainda estava inacabada e não havia nenhum projeto de iluminação, somente o projeto urbano incluindo a revitalização do terreno ao lado do Memorial, elaborado por Izes de Oliveira, que na época era presidente da CODEPLA.

Nesse sentido, a Casa do Agente recebeu algumas críticas, no que se refere a seu valor e continuidade no espaço urbano da cidade. Assim que a Casa do Agente foi demolida o secretário de planejamento, da gestão administrativa municipal de 1995, chegou a negar qualquer valor histórico da Casa do Agente, como mostra a coluna de Lessa.

Secretário Fábio Carpes afirmou ontem no JM: “A casa do agente ferroviário não tem valor histórico para Criciúma”. Pisou na bola o secretário, mostrou que não conhece a história da cidade e perdeu uma boa oportunidade de ficar calado. (LESSA, 1995, p. 04 apud NASCIMENTO, 2004, p. 162)

Se a demolição já havia repercutido a ideia de que a Casa não tinha valor histórico, sua reconstrução não foi aceita para alguns. O Jornal Tribuna do Dia publicou no dia 17/04/2002, um artigo intitulado, “Patrimônio Histórico em debate”, em que, o autor vinha discutindo sobre a prática de destruir construções, ditas “velhas”, apontando o prédio da Casa das gaitas e a Casa do Agente Ferroviário referindo-se à esta última “tão insano quanto à destruição, foi sua reconstrução”³¹.

A reconstrução da Casa do Agente será apresentada agora como Memorial, como um lugar cuja função é bloquear o trabalho de tempo.

Cabe agora historicizar o espetáculo que foi a sua inauguração...

³¹ ZAMPOLLI, Fabio Alexandre Belloli. Patrimônio histórico em debate. **Tribuna do Dia**. Criciúma, 17/04/2002. p.04.

3 PRIMEIRO ATO. NA JANELA À ESPERA DE VISITANTES

Como já vimos no ato anterior a criação do Memorial, está intimamente imbricada com a reconstrução da casa do agente ferroviário. Mediante isso, neste ato procuro abordar a abertura do Memorial a partir do convite e do cerimonial de inauguração. Procurando entender como a sociedade se apropria deste lugar, trago uma reflexão no processo de patrimonialização, em que faço uma breve discussão sobre este conceito em que trago também os quatro pontos colocados por Ganzáles e Pages sobre o reconhecimento, valorização e preservação deste, que neste caso é historicizado no Memorial.

3.1 CENA I: DA INAUGURAÇÃO

O Jornal Tribuna do Dia de 1º de outubro de 2002 publicou que a cerimônia de “devolução da casa do agente ferroviário” e a apresentação do Memorial aconteceria naquele mesmo dia às 19hs. Pode-se ressaltar, ainda nesta matéria, a indecisão do Departamento de Patrimônio, que no ato anterior propunha a criação de um Memorial aqui, vem afirmando a criação de Museu.

O museu da ferrovia vai registrar um período áureo da história de Criciúma, que foi impulsionado pela maior riqueza do município, a mineração de carvão. O trem era o único meio de transporte utilizado para a venda do minério em outras regiões. (COSTA, 2002 apud TRIBUNA DO DIA, 2002).

Museu ou Memorial. Do Trem, ou da ferrovia. A noite do dia primeiro de outubro inaugurou um Memorial, o importante é que foi dado um uso à casa e esta foi aberta em um ato de devolução e apresentado à população cricumense um Memorial. A exposição intitulada “Paralelas”, composta por objetos em ferro e madeira, como dormentes e pregos foi apresentada na noite de inauguração pelo artista e presidente da Fundação Cultural, Edi Balod, a exposição de sua obra de arte feita com pregos da própria Estrada de Ferro permanece no acervo do Memorial. A canção “Trem” foi executada e escrita na parede da sala de entrada, sendo da autoria do Edi Balod em parceria com Daniela Guimarães, como mostra a imagem a baixo.



Figura nº 4: Obras de Edi Balod – Acervo Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi

No entanto o projeto, as propostas do Departamento de Patrimônio expostas no ato anterior, como a elaboração de um projeto museográfico que mostrava exposições em cada sala temática, não saíram do papel. Assim, para a abertura do Memorial não foi feita a galeria de agentes, nem o histórico das famílias, mas dentre o que foi produzido estão alguns quadros com recortes de jornais contavam sobre a ferrovia e a casa do agente ferroviário. Fizeram também alguns banners com imagens e poucas descrições que permaneceram expostos até o início deste ano. Infelizmente perdura-se a ideia de exposições eternas, na área museológica administrada por departamentos públicos. Em que meia dúzia de objetos, sem a preocupação de documentações, cobertos de pó e muitas vezes com ferrugem, sob vidros e velhos praticáveis.

Destarte, esses memoriais que se resumem a paredes forradas por retratos monotonamente enfileirados, ao cantinho de uma sala com expositores nos quais figuram meia dúzia de objetos ou a prédios restaurados, ocupados por servidores ociosos e pequenas exposições permanentes eternas, estão muito próximo do flerte com o desperdício de tempo e de recursos. Porque um visitante lhes destina um golpezinho de vistas e nunca mais retorna. (AXT, 2012, p.76)

A casa que abrigou os agentes e suas famílias, após sua reconstrução *“transforma-se de local de moradia em abrigo da memória e garante aos cidadãos cricumenses o direito e o acesso à cultura”*³². Essas palavras marcaram o fim da cerimônia de inauguração que foi prestigiada não só pelas autoridades da cidade,

³² Cerimonial de inauguração. Acervo do Memorial.

mas também pelos familiares dos trabalhadores ferroviários, como filhos, netos, sobrinhos.

3.2 CENA II: O MEMORIAL: O PARIMÔNIO DE PEDRA E CAL

*Patrimônio histórico da cidade desde a década de 20, a Casa do agente Ferroviário volta, novamente, após sua destruição no ano de 1995, a fazer parte da história de Criciúma.*³³

Para Axt (2012) a palavra Memorial foi tomada de empréstimo ao inglês, indicando um patrimônio de pedra e cal, sendo relacionado a um espaço público destinado cuja função era de *“emular ou enaltecer alguma figura de escol, de impacto na história nacional, ou a recordar o marco físico e simbólico de uma conquista, ou alguma tragédia, ou evento brutal”*, o autor ainda cita como exemplos o Memorial do Holocausto destina aos judeus mortos na Segunda Guerra Mundial, já no Brasil, como destaca o autor, há memoriais como o Memorial JK, em Brasília, ou o monumento aos soldados mortos na revolução comunista de 1935, no Rio de Janeiro.³⁴

Desta forma pensar um memorial, é agregar à ele não só a concepção de lugar de memória, mas entender como este “patrimônio de pedra e cal” tem exercido sua função na sociedade e principalmente, qual a relação que o Memorial Casa do Ferroviário tem com a sociedade cricumense. A questão patrimonial, atualmente, tem adquirido uma “contemporaneidade” por meio dos discursos interdisciplinares, além de ganhar inúmeras matizes e transformar-se em quesito de políticas *“que definem e redefinem o que entra ou não no rol do que merecer ser preservado para as próximas gerações”*.

Para Choay³⁵ o patrimônio está relacionado *“às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”*, a autora ainda utiliza a definição do *Dictionnaire de la langue Française* de É. Littré que afirma que o patrimônio é um bem de herança transmitido *“dos pais e das mães, aos filhos”*. Mas tal expressão foi, por muitas vezes, requalificada e ampliada,

³³ Governo popular entregou Memorial Casa do Agente Ferroviário Mário Ghisi. Folha dos Municípios, Criciúma, 04/10/2002, p.03.

³⁴ AXT, Op., cit., p.65.

³⁵ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 11.

pelos mais variados objetivos, (histórico, genético, natural...). Desta maneira, Choay ainda busca uma definição para a expressão de patrimônio histórico sendo enfática ao afirmar que,

a expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se consagram por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p. 11)

Embora por muito tempo o patrimônio edificado se referisse apenas aos monumentos, a partir da década de 1960, os bens industriais foram definidos por este conceito, incorporando o que se refere às usinas e estações ferroviárias e demais edificações do meio industrial. No Brasil o patrimônio histórico está dentro do conceito de Patrimônio cultural, sendo que esse é, também, classificado em material e imaterial, incluindo o patrimônio arquitetônico, artístico, natural, de acordo com o artigo nº 216 da Constituição Brasileira de 1988.

Estas pontuações, de definir o patrimônio e as suas variações, servem para, antes de mais nada, refletir a noção de patrimônio histórico, pois este teve que ser pensado e repensado devido às destruições das heranças culturais a partir da década de 1960, em que *“a cidade e seu patrimônio já não respondem aos conceitos, valores, parâmetros e técnicas anteriores a eles relacionados”*³⁶. A ideia de patrimônio, atualmente, está relacionada às políticas de preservação de bens culturais, como um elo entre passado e o sentimento de eternizar os traços e as marcas de determinados grupos³⁷. Sendo assim o intuito é, então, perceber o patrimônio não só como um *“receptáculo dos objetos da história”* no tempo, é necessário considerar, destarte, que estes objetos são portadores de significados daqueles que os produziram e só se tornam uma herança quando se tem a noção de percepção,

A partir destas duas ideias (a significado, a herança) pode-se afirmar que os objetos dão acesso ao passado, e transmitem de uma maneira direta as mensagens e as impressões que provém de um tempo anterior. Eles são uma maneira de manter o contato com o passado, porque os tempo passam, o espaço povoa estes objetos que se impõem como uma evidência. (GONZÁLES; PAGES, s. a, s. p.).

³⁶ GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elayne Lins. In: _____. **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 13-18. Disponível em: <https://www.academia.edu/6251988/Amplia%C3%A7%C3%B5es_do_conceito_de_patrim%C3%B4nio_edificado_no_Brasil> Acesso em: 15/10/2014 às 10hs e 45min.

³⁷ id. p.13

No entanto, embora o patrimônio tenha alcançado tamanha notoriedade, é, ainda, difícil definir o que é ou não patrimônio, e que técnicas são mais adequadas à conservá-lo e como este deve ser administrado. Gonzáles e Pages (s./a., s./p.), afirmam que existem elementos que agregam valores para que um objeto possa ser considerado patrimônio. O primeiro elemento está relacionado ao valor de uso, ou seja, sua “utilidade”, o segundo é o “valor formal” e o terceiro é o valor simbólico.³⁸ Assim perceber o Memorial, analisando o seu “valor de uso” é poder perceber que o patrimônio pode ter valor alterado pelos que deles se apropriaram. O valor formal se refere, *“a tração que ele exerce pelas suas propriedades residuais, pelas suas aparências”* e por fim o valor simbólico, em que o objeto é tomado por testemunha de um passado que ele mesmo permite-nos *“estar em contato”*³⁹.

Quando estes critérios são encontrados juntos e relacionados à uma identidade, são considerados os elementos necessários para a patrimonialização, ou seja, a presença destes permite que os bens sejam considerados um patrimônio. Há ainda a conversão destes elementos em símbolos, pois um objeto histórico é convertido em elemento do patrimônio cultural, porque ele foi resultado dos discursos identitários que permitiram a sua patrimonialização, assim diz-se que, os objetos do patrimônio cultural não são nem neutros nem objetivos⁴⁰.

Gonzáles e Pages, afirmam que para um bem cultural ser reconhecido como patrimônio existem quatro elementos que foram tomados como base a partir de registros de historiadores, sociólogos, filósofos e geógrafos. Sendo assim primeiro critério é a *“transmissão”*. A transmissão, aqui aponta o patrimônio como *“transmissor do passado ao presente ao futuro”*, sendo que tal característica deve ser percebida a fim de garantir *“a continuidade e o símbolo que cada um deseja (a) ser conservado pela sociedade”*. Deste modo é impossível falar em patrimônio e de sua transmissão para a sociedade sem falar do conceito de memória e de identidade, pois o patrimônio só faz sentido se este é reconhecido pelo grupo.

Pollak (1992) destaca uma linha muito tênue entre o conceito de identidade e o conceito de memória, quando esta apresentada a partir de uma

³⁸ DAHER, Andrea. **Objeto Cultural e Bem Patrimonial: Representações e práticas**. In: CHUVA, Márcia (Org). **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, nº. 34, Curitiba, jun./2012, p.113 Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>> Acesso em: 17/10/2014 às 22hs e 32min.

³⁹ GONZÁLES; PAGES. s.a/s.p

⁴⁰ GONZÁLES; PAGES. *ibid.*

herança. No entanto o conceito de identidade que aqui se apresenta, é no sentido da imagem que uma pessoa constrói e apresenta aos outros somente aquilo que ela quer que dela seja percebida pelos outros. Portanto falar sobre as atividades relacionadas à ferrovia implica sem dúvida a uma seleção daquilo que faz parte da memória ferroviária. Assim a memória além de ser herdada, sofre as flutuações e preocupações do momento em que é constituída, sendo essas preocupações os elementos que estruturam uma determinada memória. Assim, a memória tanto individual quanto coletiva são fenômenos construídos que passam ainda, por um processo de enquadramento de memória, que o se chama de “organização da memória”.

Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p.204).

Desta forma o fenômeno da memória herdada e socialmente construída é um elo estreito entre memória e o sentimento de identidade. Sendo assim o sentimento de identidade é a imagem que se quer passar a si e aos outros, ou seja, a imagem de si, para si e para os outros, assim a imagem que uma pessoa constrói de si, é o que ela quer, ou seja a memória é um elemento constituinte de sentimento de identidade, de continuidade e de coerência tanto do grupo quanto individual. Assim há o elemento que sempre indicará as definições de identidade, é a relação de si com o outro.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios, de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que a memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devem ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p.205)

Assim podemos questionar, que “história” o Memorial quer contar. A identidade que materializa, de que forma ele transmite essas memórias, e quem, de fato, se identifica com ele.

O segundo elemento é a “*transcendência*”. A transcendência se refere ao fato de que o patrimônio carrega uma aura simbólica que transcende sua significação, fazendo do patrimônio um “*detentor de uma série de valores ameaças e*

de ideias”. Assim há como refletir no Memorial, exercendo seu papel de “detentor” sem a necessidade de apoiar-se em acervos, exposições. Podemos referir a ele como um patrimônio que consegue se comunicar “por si só”.

Contudo, o Memorial, desde sua abertura se “comunicou” por meio de exposições e apresentação de propostas para os próximos projetos expográficos. O mesmo aconteceu em 2009, após ficar por um tempo fechado para reforma, o Memorial foi reaberto trazendo novas exposições. Para esta reabertura a Fundação Cultural de Criciúma trouxe do Museu Ferroviário de Tubarão, peças usadas pela estrada de Ferro. O Jornal da Manhã ao anunciar a exposição que abriria a noite de inauguração afirma que,

[...] a Fundação Cultural de Criciúma abre exposição de peças do acervo do carvão de Tubarão. Entre elas está um telégrafo antigo usado no século passado para a comunicação entre mineiros e usineiros. Outra peça antiga é um marcador de passagem, que provavelmente serviu de ponto para os trabalhadores. O mais marcante da exposição são fotografias capturadas por exemplo, em 1900. Uma foto dos primórdios do Porto de Imbituba, ainda com a plataforma de madeira construída pelos ingleses, quando o carvão comeu a ser transportado. Outra foto mostra a caixa de embarque do carvão no Porto de Magalhães, e a Ponte de Cabeçudas, ainda única, com a estrada de ferro quando o trem ainda transportava passageiros, produção “agropastoril”, e carvão, em Laguna. Outra cena curiosa captada é da Caixa de Embarque de Carvão, no Rio Maina, construída na década de 70 e demolida em 2004. (BILESSIMO, 2009, s. p.)

Na ocasião a o Memorial recebeu a doações da própria da Estrada de Ferro Teresa Cristina oito quadros de vidro com imagens dos trilhos e locomotivas da malha ferroviária e da Caixa de Embarque do bairro Laranjinha, Rio Maina. A noite contou ainda com a exposição dos dormentes da Estrada de Ferro, colocados pelo artista plástico Edi Ballod na abertura em 2002.

Do acervo para a visitação a Ferrovia Teresa Cristina doou oito quadros fotográficos que ficarão permanentemente afixados na Casa. A atração da noite de hoje ficará por conta de uma iluminação especial sobre dezenas de dormentes doados pela FTC acomodados na externa da Casa. (BILESSIMO, 2009, s.p.)

O terceiro elemento é a *“familiaridade”*. Se a transcendência se refere ao patrimônio como aquele que carrega um valor simbólico capaz de fazer do patrimônio um transmissor, a familiaridade é uma propriedade que vai garantir a apropriação do bem cultural pela sociedade sendo então inserido no imaginário coletivo. A apropriação é base para a preservação de um bem patrimonial de acordo com Londres (2012), a autora ainda afirma que a partir da implementação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – SPHAN, dirigido por Rodrigo

Melo Franco de Andrade, o setor se pronunciou diversas vezes a favor da participação da comunidade na tarefa de preservação dos bens culturais.

A familiaridade, então pode ser percebido quando o Jornal da Manhã,

Só pelo conhecimento direto e não apenas ligeiro dessas obras do passado nacional, criadas com tamanho esforço e, às vezes, em condições tão pouco favoráveis é que se aprende a considera-las no seu verdadeiro sentido. Só do convívio com os monumentos e com sua história poderá nascer a estima sincera que eles devem inspirar. Esse sentimento será como o do apego às pessoas e as coisas familiares. (ANDRADE, 1981, p.54 apud, LONDRES, 2012, p.18).

Assim quando se busca formas de interpretar aquilo que foi vivido no concomitantemente tem-se a necessidade de pensar em políticas de preservação deste bem às futuras gerações. Dentre os instrumentos de salvaguarda destaca-se o registro dos bens de natureza imaterial, como por meio do inventário e, principalmente, o tombamento⁴¹.

O último critério estabelecido por Ganzáles e Pages é a “*participação*”. Este se remete ao patrimônio como um resultado de um processo de seleção de construção e de acumulação de significado apresentando o patrimônio como o que é colocado através do tempo por meio do diálogo e da interação entre sociedade com o bem patrimonial. Com a notícia da destruição da casa do agente ferroviário, a população criciumense pode participar das manifestações que expressavam o sentimento pela casa, estas manifestações contribuíram para a decisão do juiz que pede a reconstrução da casa. A comunidade participou, também, na decisão do que seria no local, para isso tiveram a oportunidade de participar do concurso de Ideias. E ainda a população teve a oportunidade de contribuir com a formação de acervo do Memorial, como mostra a matéria do Jornal da Manhã do dia 25 de maio de 2009.

O apelo da coordenadora da Casa na FCC, Cássia Vilain, é para a doação de peças para a Casa. “Temos como acomodar o material de colecionadores. Precisamos guardar as peças para que a história permaneça viva”. Qualquer tipo de doação pode ser feita, sendo que a preferência é por artigos da ferrovia ou de construção. (BILESSIMO, 2009, s/p)

Pode-se assim afirmar que o patrimônio cultural com toda a sua especificidade consiste em afirmar o sentido de identidade de uma memória coletiva

⁴¹ LONDRES, Cecília. O patrimônio Cultural na formação de novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p.10 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3840>> Acesso em 14/05/2014 às 17hs e 03min.

dos mais diversos grupos presentes em uma sociedade, além de permitir a ocupação destes grupos aos lugares públicos, não detendo o bem mesmo quando considerado um simulacro, desde que este seja aceito pela comunidade que se insere. Mediante o que foi exposto o patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas em que os atores constroem os discursos por meio de suas práticas e apropriações de objetos⁴².

⁴² VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **HABITUS**, Goiânia, v. 4, n. 1, p.347-454, jan./jun.2006. Disponível em: <seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301> Acesso em: 10/07/2014 às 13hs e 45 min.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena casa que no passado foi a casa de agente ferroviário é hoje o Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi. Com características peculiares em sua estrutura, o Memorial, além de ser um lugar de memória é uma instituição museológica. A casa que por muito tempo serviu de moradia do agente ferroviário, foi uma das construções que consolidou não só a presença da Estrada de Ferro e do trabalho ferroviário, mas também as preocupações relacionadas ao patrimônio histórico de Criciúma. Assim como os trilhos, a estação, as casas de turmas e a passarela já haviam sido apagados da cidade, a casa do agente, em 1995 era o último marco do patrimônio ferroviário e foi, também, destruída. Mediante tais colocações, lembro-me das palavras de Nora, “*fim das sociedades-memória*”⁴³. Para ele, a memória já não existe mais, por isso esta “*Fala-se tanto em memória porque ela não existe mais*”, enfatiza o historiador.⁴⁴

Ainda de acordo com Nora, esta necessidade, no entanto, de criar lugares de memória, se dá devido a ruptura com o passado que se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, que por estar neste estado desperta o desejo de evocação. Assim os lugares de memória trazem consigo o sentimento de continuidade. Sendo assim, *se habitássemos ainda nossa memória não teríamos a necessidade de lhes consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais simples do cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e de sentido*⁴⁵.

Sendo assim, preocupei-me em saber, o que levou a construção do Memorial, quem esteve envolvido e que relações este lugar de memória tem com a cidade. Tomando por empréstimo os elementos que constituem a memória, de Pollak, “os acontecimentos, os personagens e os lugares”, usei como título do primeiro capítulo, onde procuro trazer algumas reflexões sobre as algumas indagações.

Que processos, então, constituíram o Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi? Após sua destruição, durante as obras do terminal de transporte urbano central, a casa se tornou assunto principal em vários canais de divulgação,

⁴³ NORA, Op., cit., p.08.

⁴⁴ Ibid, p. 07.

⁴⁵ Ibid., p.08.

ganhando, apoio do Instituto de Arquitetos do Brasil – núcleo Criciúma, que por meio de discursos de preservação e proteção ao patrimônio, representaram uma monoria da população expressando em manifestações, a indignação perante o descaso e o desrespeito com o patrimônio histórico; várias pessoas da comunidade mostraram sua revolta e levaram a destruição deste patrimônio ao Ministério Público. Este interveio pedindo a reconstrução da casa pela construtora responsável por sua destruição.

Que sujeitos estavam ou estão envolvidos com ele? Para isso, no entanto, tive que entender primeiramente, a Casa do Agente Ferroviário. Procurando juntar os fragmentos do passado percebi que com a destruição da Casa do agente em 1995, existiu a iniciativa para que se construísse um memorial no local, mas a ordem judicial exigiu a reconstrução da mesma e com suas características preservadas. Entretanto, a administração municipal de 1996 já pensava em construir no local um Memorial que reportasse à presença da estrada de ferro na cidade. O caso levou aproximadamente cerca de cinco anos, até a sentença final do juiz, que exigia a reconstrução pela construtora responsável pela sua demolição. Enquanto a casa era reerguida no final de 2001, alguns personagens tornaram-se importante para a criação de um memorial neste espaço. Destaquei, a Câmara de Vereadores, o Departamento de Patrimônio e a administração pública da gestão de 2001-2004. Tais personagens participaram ativamente da criação Memorial e, assim, o Memorial apresenta-se, também como um patrimônio edificado que representa a casa do agente ferroviário, como vestígio dos trabalhadores e da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

E quais relações a cidade tem este memorial? Sobre as relações da cidade com o Memorial, quando eu trouxe no primeiro ato apontamentos sobre o Memorial como um patrimônio tive a intenção de identificar estas relações. No entanto, pude notar que a cidade ainda não o vê como uma instituição, nem mesmo como um “lugar de memória” sendo reconhecido somente por alguns familiares de ferroviários. Por isso, ao trazer os elementos que identificam este bem em como um patrimônio posso ressaltar que o quesito “*transmissão*” ainda há que se refletir na “história” que, de fato, o Memorial quer contar, na memória e na identidade ele se propõe a sacralizar. Assim ao tentar nestas problematizações o Memorial, na sua criação, preocupou-se em mostrar a vida dos moradores da casa, os agentes, assim como apontar a destruição dela enfatizando a chegada e á retirada dos trilhos da

Estrada de Ferro, contextualizando assim a transição da cidade mineira frente às transformações urbanas. O local que se propôs a difundir esta “história” por meio de uma expografia temática não pode tirar do papel o projeto museográfico que incluiria uma sala com computador e com material de pesquisa sobre a Estrada de Ferro na região.

Desta forma é nítido que este espaço é “refém das ideias de seus fundadores”, pois traz consigo a proposta do vereador José Argente, sendo então inaugurado com o nome de “Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi”, é refém, também, das propostas do Departamento de Patrimônio que mantiveram o discurso em defesa do patrimônio como um direito do cidadão, onde enfatizaram a memória e a identidade ferroviária por meio de exposições. E, principalmente, refém das colocações do prefeito cuja ideia era manter o local como “Casa do Agente Ferroviário Mário Ghisi” que abriga, neste caso, o Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi.

Quando apontei a questão da *transcendência*, pude perceber que o Memorial conseguiu, “transmitir por si só” parte da memória ferroviária somente às pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com o trem, andar nele, ou de trabalhar na Estrada de Ferro, ou aqueles que identificam-se com este grupo por alguma razão, mas não apresentou suportes que mostrassem esta transcendências às novas gerações. Assim tem-se que pensar no que ele dialoga com o público e como o pública dialoga com ele. Para ilustrar esse diálogo do Memorial, enquanto patrimônio, com a sociedade trago a matéria do publicada no Jornal da Manhã, em que o guia e monitor do Memorial, José Carlos Martins, afirma que muitos dos transeuntes não sabem que aquela casa, é um Memorial e que no passado era a casa de um agente ferroviário, e que alguns até chegam a perguntar do que se trata o local, no entanto, de acordo com ele, outros chegam até pensar que a casa é uma igreja.⁴⁶

Ao procurar por laços de *familiaridade* pude perceber que a sociedade não se apropriou do Memorial como havia se apropriado da Casa do Agente apenas uma parte da população se apropriou do local, como os parentes de agentes, alguns engenheiros, arquitetos, que apoiam sua memória e identidade e nele fazem a preservadas delas. Assim a preservação do espaço físico mantém preservada

⁴⁶ NONNENMACHER, Patrícia. Apenas uma representação histórica. **Jornal da Manhã**. Criciúma, 20/07/2006, Patrimônios de Criciúma, p.09.

também esta memória e identidade. O que pode receber maior destaque é que, neste caso, o patrimônio não foi “preservado”, mas sim musealizado. A musealização tem sido em muitos lugares uma ferramenta de preservação, mas que no caso do Memorial ele continua estando vulnerável perante a crescente urbanização da cidade, principalmente devido o local em que este se encontra.

O último elemento que trago é a *participação*. O envolvimento da comunidade foi tão grande em torno da casa do agente após sua queda que trouxe à tona a questão da preservação do patrimônio na cidade. Posso apontar a participação da comunidade em decidir como seria a construção deste memorial, por meio do concurso de ideias, que infelizmente o juiz interveio e retirou da população este poder de escolha. Mas vale ressaltar é que foi devido os acontecimentos em torno da casa do agente é que o grupo dos arquitetos e demais representantes passaram a discutir sobre o patrimônio, sendo a Comissão Técnica de Sugestões e Relatórios para Tombamento, criada e consolidada como responsável pela preservação de bens culturais.⁴⁷

Desta forma o Memorial é, ainda, conhecido como Casa do agente, não sendo apropriado pela cidade como sendo o lugar de memória, há de se ressaltar que sua existência ainda é desconhecida por grande parte da população como mostra o Jornal da Manhã ao trazer o depoimento do guia do local: - Fico na janela até alguém perguntar algo sobre a Casa. Por isto o nome do segundo ato. Desta forma esta representação da Casa do agente, o Memorial, não é, portanto, uma cópia, mas um reflexo, uma construção feita a partir dele que está a mostrar o que de fato era a Casa, mas que mesmo assim guarda as relações de semelhanças, significados e atributos que se remetem ao representado, sendo também sujeita à identificação, percepção, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão, como aponta Pesavento (2010).

Assim procurei refletir sobre Memorial como um lugar de memória, uma instituição e um patrimônio cultural, por meio dos acontecimentos que foram evoluindo e entrelaçando a identidade ferroviária. Entendendo que a memória e o patrimônio são indícios da relação do ser humano com o tempo, sendo estes, então, testemunhos da “crise da ordem do presente tempo”, posso chegar ao

⁴⁷ NONNENMACHER, Op. cit.,p.10.

“presentismo”, a fim de entender o dilema de viver entre *“a amnésia e a vontade de nada esquecer”*⁴⁸.

⁴⁸ HARTOG, Françoise. Tempo e patrimônio. Tradução de José Carlos Reis. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, Jul./Dez. 2006. p. 261
Disponível em: <www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n26a02.pdf> Acesso em: 17/10/2014 às 20hs e 11min.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Ampliação do conceito de patrimônio edificado no Brasil. In: GOMES, Marco Aurelio A. de Figueiras LINS, Elayne Correa. **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 145- 170. Disponível em: <https://www.academia.edu/6251988/Amplia%C3%A7%C3%B5es_do_conceito_de_patrim%C3%B4nio_edificado_no_Brasil> Acesso em: 15/10/2014 às 10hs e 45min.

AZEVEDO, Paulo Ormino D. de; ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Prefácio In: GOMES, Marco Aurelio A. de Figueiras LINS, Elayne Correa. **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 145- 170. Disponível em: https://www.academia.edu/6251988/Amplia%C3%A7%C3%B5es_do_conceito_de_p_atrim%C3%B4nio_edificado_no_Brasil . Acesso em: 15/10/2014 às 10hs e 45min.

AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. **Métis: história & cultura**, vol. 12, n. 24, p. 64-89, ju./dez. 2012. Disponível em: <

BARCELLOS, Jorge. O memorial como instituição no sistema estadual de museus. **Fórum Estadual de Museus**. Porto Alegre: 1999. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf> Acesso em: 09/07/2014 às 10hs e 48min.

BILESSIMO, Larissa. Da estrada de ferro para as futuras gerações. **Jornal da Manhã**, Variedades, 29 de maio de 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Seção II. Da Cultura. Artigo 216. Brasília, 2013. 47 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf> Acesso em: 06 de novembro de 2014, às 20hs e 58min.

BRISTOT, Alcebíades. In: NONNENMACHER, Patrícia. Lembranças permanecem vivas na memória. Patrimônios de Criciúma. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 20 de setembro, 2006, p.10.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 282 p.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Marli de Oliveira. **A casa enquanto registro da memória**: o processo de reconstrução da Casa do Agente Ferroviário de Criciúma.

CRUZ, Valéria. **Ruínas de uma casa**: Lembranças dos moradores da casa do agente ferroviário – Criciúma – SC 1920 -2001. Agosto de 2011. 57f. Monografia

(Pós-Graduação *Latu Sensu* Especialização)- História Local e Regional, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

DELGADO, L.A.N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: **História Oral**. Dossiê, n.6, 2003, p.9-25. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=62>> Acesso em: 29/03/2004 às 17hs e 39min.

DAHER, Andrea. **Objeto Cultural e Bem Patrimonial**: Representações e práticas. In: CHUVA, Márcia (Org). **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, nº. 34, Curitiba, jun./2012, 447p. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>> Acesso em: 17/10/2014 às 22hs e 32min

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. In: CHUVA, Márcia (ORG). **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, nº. 34, Curitiba, jun./2012, 447p. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>>

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elayne Lins. In: _____. **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 13-18. Disponível em: <https://www.academia.edu/6251988/Amplia%C3%A7%C3%B5es_do_conceito_de_patrim%C3%B4nio_edificado_no_Brasil> Acesso em: 15/10/2014 às 10hs e 45min.

GONZÁLES, Neus; JOAN, Pages. **Les usages et la valeur educative du patrimoine cultural dans l'enseiment secondaire**. Tradução de Lucy Cristina Osteto. 8p. Disponível em: <http://pazines.uab.cat/neus.gonzalez/sites/pazines.uab.cat/neus.gonzalez/files/2004_patrimoniuos_caen_gonzalez-pages.pdf> Acesso em: 17/10/2014 às 23hs e 43min.

JESUS, Anderson de. Casa do Ferroviário deve ficar pronta em três meses. **Jornal da Manhã**. Criciúma. 17/03/2001.

HUNT, Lyn. **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed.São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LESSA, Adelor. Justiça condena Cavalier. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 29/08/1996.

_____, Adelor. In: NASCIMENTO, Dorval. As curvas do trem: A presença da Estrada de Ferro no Sul de Santa Catarina (1880- 1975). Cidade, Modernidade e vida urbana. Criciúma: UNESC, 2004. 184p.

LONDRES, Cecília. O patrimônio Cultural na formação de novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3840>> Acesso em 14/05/2014 às 17hs e 03min.

NONNENMACHER, Patrícia. Lembranças permanecem viva na memória. **Jornal da Manhã**. Criciúma, 20/07/2006, Patrimônios de Criciúma, p.10.

_____, Patrícia. Apenas uma representação histórica . **Jornal da Manhã**. Criciúma, 20/07/2006, Patrimônios de Criciúma, p.09.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. In: Traduções. **Projeto História**, n.10, PUC, SP, dez/93 p.7-28
Disponível em:

<<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>

Acesso em: 21/05/2014 às 23hs e 43min.

OLIVEIRA, Izes. Patrimônio. In: Notas. **Jornal da Manhã**. Criciúma, 1995. p. 2.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK. Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. p. 3-15.

Disponível em:

<http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 10/05/2014 às 22hs e 13min.

_____. Memória e a identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

Disponível em: <http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf> Acesso em: 10/05/2014 às 22hs e 12min.

RAGO, Margareth. Apresentação. In: JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de Mário Vilela. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RENK, Arlene. Ator. In:_____. **Dicionário nada convencional**: sobre a exclusão no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2013.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **HABITUS**, Goiânia, v. 4, n. 1, p.347-454, jan./jun.2006

Disponível em: <seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301>
Acesso em: 10/07/2014 às 13hs e 45 min.

Fontes consultadas

Jornais

Criciúma investe na memória. A notícia, 21/01/2002 – Clipagem do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi.

Jornal da Manhã, 2006. – Clipagem do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi.

Jornal da Manhã, 1996. – Clipagem do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi.

Jornal da Manhã, 2009. – Clipagem do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi.

Documentos

Apelação Cível Nº 97001063-0

Ação Civil Pública e dos Autos dos Processos Nº 2381/95 e 2409/95 – Acervo Documental do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi

Projeto Museográfico – Acervo Documental do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi

Lei Municipal Nº 4.290 – Acervo do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi

Projeto de Lei – PL 013/02 - Acervo do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi

Memorando Interno de 22/05/2001 – Acervo do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi.

Cerimonial de Inauguração – Acervo particular de Marli de Oliveira Costa

Imagens

Figura nº 1- Casa do Agente Ferroviário na década de 1970 – Acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

Figura nº 2- Casa do Agente ferroviário com parte destruída em maio de 1995 – Acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

Figura nº3 – Reconstrução da Casa do Ferroviário - Acervo Fotográfico do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi.

Figura nº 4 – Obras de Edi Balod - Acervo Fotográfico do Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi.